

Negociação do Sisejufe garante reajuste menor do plano de saúde

A negociação estabelecida pela Diretoria do Sisejufe com a Unimed-Rio evitou que houvesse uma correção maior das mensalidades do plano de saúde oferecido aos servidores do Judiciário Federal filiados à entidade

A negociação estabelecida pela Diretoria do Sisejufe com a Unimed-Rio evitou que houvesse uma correção maior das mensalidades do plano de saúde oferecido aos servidores do Judiciário Federal filiados à entidade. Inicialmente, a operadora queria uma recomposição de 19% mas, depois do firme posicionamento da Direção do Sisejufe, durante o processo de negociação, o sindicato conseguiu baixar o índice para 15,5%.

A Unimed-Rio alegava que devido aos custos da inflação médica ter ficado em 15,4% e o índice de sinistralidade (relação despesa médica/receita) ter ultrapassado 70% estabelecido no contrato - chegando a 74% - a composição do indicador de reajuste das mensalidades deveria ser de 19%. A iniciativa do Sisejufe garantiu que os custos do plano para os servidores e dependentes continuasse abaixo dos praticados por similares no mercado, como Amil, Sul América, Unimed Norte-Nordeste e Caberj (plano da Associação Estadual dos Servidores da Justiça Federal no Rio de Janeiro - Serjus). O reajuste que o plano de saúde do Sisejufe teve está abaixo dos índices aplicados na grande maioria dos planos coletivos.

Sem contar que em anos anteriores, a direção do sindicato conseguiu negociar que não houvesse reajuste nas mensalidades do convênio médico. De janeiro de 2012 a maio de 2013, o Sisejufe manteve o plano sem reajuste.

“Entre 2012 e 2013, mantive-

mos o contrato que atende a mais de 90% dos filiados por um período de 18 meses sem reajuste. A correção aconteceu em junho de 2013, e foi de cerca de 8%, índice que garantiu o equilíbrio financeiro e atuarial do contrato”, explica Valter Nogueira Alves, diretor-presidente do Sisejufe, questionado a informação de que o sindicato aceitou os custos da inflação médica do último período sem negociar.

Valter esclareceu como funciona a dinâmica dos reajustes dos planos de saúde. No caso dos individuais o governo, segundo ele, aplica as correções e reajustes; nos contratos coletivos por adesão, patrocinados por entidades como a nossa, o governo não interfere e, nesse caso, se verifica a inflação médica do período e o índice de sinistralidade - que não pode ultrapassar 70% conforme a legislação. “É como se fosse um condomínio. Todos contribuem para arcar com os custos, independentemente de uma família ter dois membros, trabalhar fora, consumir pouca água, morar no térreo e não usar o elevador. Todos vão arcar com as despesas, se houver necessidade de modernizar os elevadores teremos cota extra.

E é exatamente isso que aconteceu nesse ano, o que foi pago ao plano de saúde por todos os usuários precisou ser reajustado em patamar que garanta os gastos que ocorreram”, compara Valter, ressaltando que 60 novas coberturas de procedimentos incluídas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

nos atendimentos também pesaram nos custos do contrato do plano de saúde oferecido pelo sindicato em convênio com a Unimed-Rio.

O diretor-presidente relembra que passaram a ser oferecidos serviços de cirurgias por vídeo, o principal destaque, por ser método menos invasivo que, em geral, proporcionam uma recuperação mais rápida. Entre elas a cirurgia de redução de estômago (bariátrica). Outros procedimentos que merecem destaque são a tomografia computadorizada para avaliação da obstrução das artérias coronárias, a injeção intraocular de medicamentos para o tratamento da degeneração macular relacionada à idade (maior causa de perda da visão na população idosa), e a administração de medicamentos imunobiológicos para o tratamento de doenças crônicas, como a artrite reumatoide e a doença de Crohn - os clientes com estas doenças receberão dos planos de saúde a medicação para tratamento.

Com relação a possibilidade de firmar convênios com outras operadoras, o sindicato já procurou outras empresas para que os servidores tenham alternativas de planos. Foi feito levantamento em relação ao número de médicos credenciados e todos eles têm quantidade inferior. Segundo Valter, aqui no Rio, o Bradesco, por exemplo, possui menos de 10% dos médicos na Unimed-Rio.

“Outra questão é a cobertura no interior ou em outros estados da federação. Verificamos que a nosso atual convênio tem a maior cobertura em todo território nacional. Só que o maior problema são os valores cobrados pelas outras operadoras, que estão muito acima de nossa tabela, mesmo com o reajuste”, explica o diretor-presidente do Sisejufe.